O DILEMA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS: A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E O REPOSICIONAMENTO DOS ATORES DEMOCRÁTICOS

THE DILEMMA OF POLITICAL PARTIES IN BRAZIL: THE CRISIS OF REPRESENTATION AND THE REPOSITIONING OF DEMOCRATIC ACTORS

Hector Luís C. Vieira

Resumo

A participação popular é pressuposto no sistema democrático. Não há como pensar em democracia sem a participação de determinados atores sociais que compõem a própria organicidade do processo democrático. De fato, os partidos políticos constituem-se um dos principais atores na estrutura das democracias modernas. Por isso, o papel que essas instituições desempenham no desenrolar da política é essencial para compreender várias características do Estado. Igualmente, é preciso levar em consideração o momento pelo qual os partidos políticos, especialmente os brasileiros, têm passado. Esse é um dos principais dilemas que essas instituições têm passado nos últimos anos. A crise de representatividade instalou-se na medida em que os atores sociais, cidadãos, passaram a perceber a distância entre as pressupostas molduras ideológicas dos partidos e as suas efetivas participações na política. Assim, a análise dos fatores que levaram a essa percepção e, conseqüentemente, à crise de representatividade é de grande importância para compreender o processo democrático brasileiro e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Crise; Representatividade; Democracia; Cidadania.

Abstract

Popular participation is presupposed in the democratic system. There is no way to think of democracy without the participation of certain social actors that make up the organic nature of the democratic process. Indeed, political parties constitute one of the main actors in the structure of modern democracies. Therefore, the role that these institutions play in the development of policy is essential to understand various characteristics of the state. Moreover, it is necessary to take into account the context in which political parties, especially the Brazilians, have passed. This is one of the main dilemmas that these institutions have passed the last few years. The crisis of representation was installed when social actors, citizens began to realize the distance between the assumed ideological frames of the parties and their effective participation in politics. Thus, the analysis of the factors that led to this perception and, consequently, the crisis of representation is of great importance to understand the Brazilian democratic process and citizenship.

Keywords: Political Parties; Crisis; Representativeness; Democracy; Citizenship.

Introdução

Não digo que a Constituição não deva ser respeitada. Infelizmente, porém, o simples respeito formal, mesmo quando total, (o que não acontece na situação italiana), é apenas a condição necessária para o bom funcionamento de uma democracia. Mas não é uma condição suficiente.¹

Norbeto Bobbio

O desenrolar do Estado Democrático de Direito após a Revolução Francesa e a Declaração de Independência Americana, institucionalizadas na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e na Constituição norte-americana, sem dúvidas representam um marco na relação entre o indivíduo e o Estado. Não se pode negar que os ideais desses eventos históricos delinearão uma nova perspectiva de atuação do Estado perante a sociedade, da mesma maneira em que reformou a concepção individual sobre o papel deste Estado na *res publica*.

É evidente que ambos os eventos históricos possuem características peculiares que sinalizaram e representaram as demandas das respectivas sociedades onde ocorreram. Mas existia um pano de fundo que se pode dizer era comum tanto na América como na Europa. De fato, tais eventos constituíram uma reação à exacerbação de poder político e jurídico de um ente específico sobre os demais integrantes e instituições da sociedade.

Várias consequências políticas desses fatos podem ser apontadas no rearranjo estrutural do Estado e da Sociedade. Dentre elas, a questão da representatividade tomou contornos específicos uma vez que a ideia de democracia foi remoldada na sua modalidade participativa com a virada da lógica de participação do homem nos negócios políticos do Estado. Não se pode olvidar que esse processo está intimamente ligado, se é que não corresponde, ao desenvolvimento da ideia de cidadania.

A concepção de cidadania pressupõe uma participação substantiva dos cidadãos na vida política do Estado. Muito pode ser dito acerca dessa participação. É de grande monta a quantidade de discussões sobre as formas, características e aspectos dessa participação na literatura da Ciência Política.

Um dos maiores alicerces para atuação do cidadão no plano participativo da política é, sem dúvida, o sistema eleitoral que tem como componente básico os partidos políticos. Pode-se dizer que a participação democrática na sua forma moderna pressupõe a existência

¹ BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 189.

desses entes de representação. A complexidade das realidades nos Estados Democráticos de Direito impôs à sistemática do processo de escolha da representação política uma lógica que se encaixasse no alto grau de diferenciação social, política e ideológica das sociedades.

Nesse panorama, os partidos políticos assumem uma posição de destaque na composição da estrutura político-representativo de um Estado que se denomina democrático de Direito. Especificamente no que toca o panorama brasileiro, a Constituição de 1988 dotou essas instituições de imensa importância e restringiu a condição de elegibilidade à filiação partidária.

Nos últimos meses, em meio a tantos protestos no cenário nacional, as reivindicações sociais se formaram em torno de aglomerações de indivíduos que não avocavam para si posições partidárias explícitas. Sem dúvida, a legitimidade dos partidos políticos brasileiros foi colocada em xeque na medida em que as agrupamentos não apenas não aderiram a movimentos partidários, como rechaçaram manifestações nesse sentido.

Os fenômenos sociais sugerem que a legitimação, e até mesmo a existência, dos partidos políticos estão sob profunda suspeita. Conseqüentemente o aparato de exercício democrático a partir de um dos seus principais atores parece estar sofrendo um reposicionamento.

Dessa maneira, o objeto de exame deste artigo será analisar a crise de representatividade dos partidos políticos brasileiros atualmente e como esse fator influencia e é influenciado pelo reposicionamento dos atores no conjunto democrático. Em outras palavras, a problemática constitui-se da seguinte maneira: quais os elementos que evidenciam a crise de representatividade dos partidos políticos atuais perante os atores democráticos na política brasileira?

É certo que várias hipóteses podem ser trazidas à discussão, mas, por uma questão metodológica, o texto se concentrará em duas delas: 1) os partidos políticos brasileiros e seus contextos de atuação estão em crise devido à imensa e crescente distância entre a representatividade política e a representação social; 2) a ausência de uma pauta ideológica e posicionamentos dotados de certa previsibilidade sobre demandas importantes dificultam a construção de confiança entre os indivíduos e as instituições partidárias.

1. Partidos, participação, representatividade e crise

Os Partidos Políticos têm um papel muito relevante e central no sistema eleitoral moderno. De fato, são instituições que, especialmente no caso brasileiro, permitem ao cidadão a configuração prévia e precária da tomada de decisões de seu escolhido para representação nas demandas político-legislativas. Não apenas isso, mas a filiação partidária foi tratada pela Constituição Federal de 1988 como um requisito para a aquisição da capacidade eleitoral passiva do cidadão, isto é, a sua capacidade de ser votado. Pode-se dizer, então, que os partidos políticos assumem um caráter eminentemente intencional/material e outro formal na situação política.

Quando se fala em partidos políticos, não se pode esquecer a tão revisitada proposição de Charles- Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, acerca da capacidade do homem comum em gerir e administrar ele próprio os negócios públicos. A base da importância dos partidos está no fato de que o homem não seria detentor de capacidade de discutir os negócios públicos, mas que estaria apto a selecionar quem pudesse melhor fixar decisões políticas.²

Um bom ponto partida para análise é a definição acerca do que se pode entender por partido político. Nesse sentido, Vera Maria Nunes Michels afirma que

Podemos entender, assim, que o partido político, como pessoa jurídica de direito privado, é um grupo social de relevante amplitude, destinado à arregimentação coletiva, em torno de idéias e de interesses, para levar seus membros a compartilhar do poder decisório nas instâncias governamentais.³

Ora, parece evidente que a participação dos cidadão na democracia moderna ocorre de maneira progressivamente menos direta. Significa dizer que a real participação do cidadão comum nos negócios do Estado e na persecução de seus objetivos globais dá-se por meio da mecânica de representação.⁴

Nesse sentido, Caggiano aponta que

De fato, sob o impulso da agremiação partidária ganha a representação política nova dimensão, girando sempre em torno daquela figura, à qual, portanto, restam reservados significativos papéis no cenário político. Ao partido, no novo contexto, compete: não só o enquadramento dos eleitores/representados como, o dos eleitos/representantes, os dois pólos da equação que se estabelece no jogo da conquista e do exercício do poder no ambiente das sociedades. Consequentemente, ao partido é cometida a notável tarefa de mediação entre esses dois pólos, exatamente no ensejo de viabilizar o implement objetivo do cânone da

² MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *Do Espírito das Leis*. São Paulo : Saraiva, 2000.

³ MICHELS, Vera Maria Nunes. *Direito Eleitoral*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 151.

⁴ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A reconstrução da democracia*. Ed. Saraiva. São Paulo, 1979. p. 47

representação, qual seja o equilíbrio social, suporte do ideal democrático. Nesse terreno passa o partido a configurar peça integrante do processo governamental.⁵

Essa representação exercida pelos partidos políticos pode ser definida como “o processo através do qual a influência que todos os cidadãos, ou parte deles, detém sobre a ação governamental, se exerce, com sua expressa aprovação e em seu nome, por um reduzido número de pessoas (dentro o grupo) com a obrigatoriedade de respeito à vontade dos representados.”⁶

É interessante notar que há um pressuposto abstrato na própria existência dos partidos políticos. Isto é, tais instituições funcionam como um ponto de apoio ideológico para as diversas maneiras que os indivíduos possuem de interpretar a realidade do mundo.

Além disso, pode-se afirmar que esse vínculo é essencial para que a agremiação partidária tenha lugar na estrutura política de apresentação, discussão, contestação e reivindicação de demandas perante o Estado.

Na alusão de Duverger, “poderíamos afirmar que os eleitos representam seus eleitores não como um mandatário representa seu mandante, mas como uma fotografia representa o objeto fotografado.”⁷

Sem dúvidas, os partidos políticos são resultados da culminância da luta e resistência do parlamento frente ao absolutismo de um poder central. Não é difícil perceber que essa resistência permitiu a sedimentação das instituições democráticas e representativa.⁸

Historicamente, essa resistência proporcionou, também, a criação de partidos políticos com grande fundamento de alicerce social, os chamados partidos de massa. O início dessa questão pode ser remontada, em grande medida, na história inglesa de representação. A divisão do poder entre o parlamento inglês e a Coroa fez surgir nos negócios estatais a preocupação de responsabilidade mútua entre o Parlamento e a Coroa, levando em consideração que aquele já estava partidariamente organizado e esta ainda detinha prerrogativas. Ponto central nessa perspectiva foi o sufrágio que, juntamente com o contexto histórico referido e embora limitado, tornou o Parlamento responsável perante parte da

⁵ CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Sistemas Eleitorais x Representação Política*. Brasília: Senado Federal, 1990.

⁶ FRIEDERICH, Carl J. *Gobierno Constitucional y Democracia*. S. S Editorial Gráficas Espejo: Madri, 1976. p. 13.

⁷ DUVERGER, Maurice. *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*. PUF: Paris, 1971.

⁸ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo. Loyola. 1993.

população, isto é, aqueles setores que à época encontravam-se eleitoralmente organizados. Assim, direcionados eleitoralmente, ocorreu um processo de fortalecimento dos partidos políticos, culminando no governo partidário. Com o sufrágio universal posteriormente, o ideal liberal se viu contemplado, facilitando a transformações das agremiações em partidos de massa.⁹

É evidente, portanto, que os partidos políticos assumem a engrenagem de canalização e estruturação dos conflitos e demandas sociais. Nesse diapasão, assumem a postura de mecanismos ideológicos que fazem chegar as demandas sociais ao crivo do parlamento. Não apenas isso, mas passam a constituir uma representação direta da pluralidade social na persecução dos desejos humanos.

Há vários fatores que podem figurar como responsáveis para que os partidos possam ser escolhidos pelos indivíduos. Podem-se citar a questão da renda, do posicionamento econômico, liberal ou conservador, do perfil sobre questões religiosas ou mesmo pela simples tradição. Soares aponta que "tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação a determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado".¹⁰

A substância dos partidos políticos comungou perfeitamente com o ideal democrático liberal, muito embora tenha permitido, também, a criação de mecanismos capazes de minar ou mitigar os ideais democráticos. Para Duverger, os partidos, "de um lado, servem para organizá-las (as democracias) sem que nada possa substituí-los nesse papel; de outro, contém em si mesmos um certo número de venenos capazes de destruí-las ou, ao menos, deformá-las".¹¹

Assim, pode-se afirmar que aos partidos é dado o caráter de representatividade dos interesses existentes na sociedade, apesar de que tal representação não constitua apenas tarefa sua. O que se está a dizer, de outro modo, é acerca capacidade que os partidos políticos têm de contribuir significativamente para o ideal de cidadania e República contido no âmago do Estado Democrático de Direito. Partindo-se do pressuposto que eles, partidos, funcionam como aglutinadores de demandas e ideologias sociais e canalizadores de ações que perseguem o aprimoramento da relação entre Estado e cidadão, parece claro que também atuam na construção de uma perspectiva de participação popular nos negócios do Estado. Claro, deve-

⁹ SARTIORI, Giovanni. *Parties and party systems*. Cambridge University Press: Cambridge, 1976.

¹⁰ SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, julho 1964. p. 107

¹¹ DUVERGER, Maurice. *Partis Politiques e Démocratie*. Vie Intellectuelle: Paris, 1946, p. 63.

se atentar para o fato de que essa construção não ocorre de maneira plena devido a vários fatores de ordem sociológicos e antropológicos. Porém, não se pode ignorar a potencialidade que todo esse processo possui.

Portanto, os partidos políticos estão ligados à questão da representatividade intimamente. Não há como debater a questão partidária em qualquer democracia no mundo sem levar em consideração o ideal de representação. É interessante notar que a literatura, com exceção de poucos autores, muito embora reconheça a origem e o caráter popular e/ou social dos partidos políticos na estrutura do Estado Democrático, apenas releva a representação política dessas instituições. Sendo os partidos agremiações institucionalizadas de pessoas, com poderes distintos de quaisquer outras agremiações de pessoas, como por exemplo, as associações, e tendo eles uma importância suma na maneira como os cidadãos conseguem colocar o todo a par de suas demandas particulares, a representação social dos partidos precisa ser mais bem analisada. Isto é, em que medida o plano jurídico e a empiria da legitimidade social democrática são coerentes com o sistema eleitoral vigente no Brasil da Constituição Federal de 1988.

Não se pode esquecer que, conforme aponta Paulo Bonavides, “a legitimidade no poder se relaciona com a necessidade e a finalidade mesma do poder político que se exerce na sociedade através principalmente de uma obediência consentida e espontânea.”¹²

As demandas apresentadas pela sociedade nas manifestações ocorridas no contexto brasileiro recentemente, sugerem que, para além do conteúdo (ou falta de) dos protestos, havia algo em comum a todos eles: a rejeição partidária. O fato foi noticiado e comentado amplamente pela mídia hegemônica e contra-hegemônica¹³.

Nesse sentido, os partidos políticos parecem ter a sua relevância empiricamente contestadas na medida em que não conseguem alcançar orientar seus posicionamentos e ações de modo que guarde identidade com as expectativas. Baquero comenta que:

¹² BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 267.

¹³ Apenas para citar alguns exemplos de mídia virtual, disponíveis em: [http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1384341&tit=Apos-manifestacoes-senador-propoe-acabar-com-partidos-e-fala-em-revolucao](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1384341&tit=Apos-manifestacoes-senador-propoe-acabar-com-partidos-e-fala-em-revolucao;); <http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2013/06/22/MANIFESTACOES-CONTRA-PARTIDOS-REVELAM-REJEICAO-A-TODA-POLITICA-PRATICADA-NO-BRASIL.htm>; <http://blogs.diariodonordeste.com.br/politica/blog-politica/especialistas-apontam-descrenca-com-partidos-politicos/>; <http://www.canalbase.org.br/quando-a-manifestacao-toma-partido/>; <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-19/mesmo-rejeitados-partidos-tentam-usar-protestos-para-validar-discurso.html>; <http://www.onacional.com.br/geral/politica/38769/a+otica+partidaria+sob+o+novo+cenario+politico+nacional>. Acessados em 30 de agosto de 2013.

“[...] a insatisfação dos cidadãos face à incapacidade do sistema partidário em canalizar suas aspirações adequada e eficazmente tem contribuído decisivamente para o crescente distanciamento do eleitor dos partidos e para a emergência de formas alternativas de representação política à margem dos partidos tradicionais”.¹⁴

Não há como negar ou simplesmente transformar em retórica estritamente partidária tais rejeições. Seria um paradoxo. Ao que parece, o grau de legitimidade dos partidos enquanto veículos de tradução de demandas e ideologias no plano institucional está cada vez mais mitigado. O modelo representativo tendo como pressupostos ideologias, no que tocam às eventuais respostas a demandas sociais, parece não mais surtir efeito no aprimoramento da legitimidade de representação política dos partidos, conseqüentemente dos eleitos, frente aos eleitores.

Tal fato implica diretamente na forma como a democracia se relaciona com as demandas sociais relacionadas aos partidos políticos. De fato, a democracia não pode ser concebida como modelo pronto, mas, sim, como um processo contínuo. Esse processo pode ser visto sob três facetas. A primeira refere-se à necessidade de articular regras do jogo assumidas pela maioria e que ao mesmo tempo compõem a política. A segunda diz respeito à incorporação da mobilização social através de formas de participação e representação. Por fim, refere-se à criação de canais de seleção de pessoal político que lidere e gerencie a política cotidiana.¹⁵

Dessa forma, não é possível pensar democracia em seu sentido moderno sem que a estrutura partidária esteja presente. Essa estrutura compõe a organicidade e viabilidade do próprio sistema democrático. Conseqüentemente, com a constante reflexão sobre a democracia, os partidos políticos e os papéis que eles desempenham precisam ser analisados com mais cautela.

2. Ideologia, previsibilidade e crise

A soberania popular é um elemento central na discussão dos partidos políticos, sistemas eleitorais e democracia. De fato, esse modelo de democracia que se observa nas democracias do ocidente está amplamente fundado em bases de ideais liberais e democráticos. Luís Roberto Barroso lembra que “a democracia constitucional é um modelo político fundado

¹⁴ BAQUERO, Marcello. A Tese da Mobilização Cognitiva e o Declínio dos Partidos. *Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 1996.* p. 13.

¹⁵ ALCANTARA SAEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, vol.8, n.2, 2002, pp. 137-157.

na soberania popular, na limitação do poder, na preservação e promoção dos direitos fundamentais e na instituição de procedimentos que permitam o governo da maioria, a participação política das minorias e a alternância do poder.”¹⁶

É preciso ter em mente que a representatividade política é correlata à representação social. Isso porque esta precede àquela de maneira que, pela lógica, o eleitor apenas dotará determinado candidato com os poderes advindos do voto para representá-lo politicamente se os ideais, pensamentos e ações daquele candidato condizerem, minimamente, com as posições ideológicas do eleitor. Dessa maneira, pode-se dizer que o eleitor precisa sentir-se representado socialmente para levar dar a alguém o poder de representá-lo perante o sistema político.

Nesse sentido, Duverger pondera que “sem partido, o funcionamento da representação política, ou seja a própria base das instituições liberais, é impossível.”¹⁷

A crise do sistema partidário, enquanto representativo ideológico de uma sociedade ou parte dela perante o poder legislativo, agrava-se na medida em que a legitimidade dessa representação deixa de ser patente e passa a se tornar um prestígio que poucos eleitos conseguem suplantar.

Essa crise pode ser percebida, basicamente, sob duas perspectivas. A primeira delas é a jurídica e diz respeito ao próprio conjunto de normas sobre a matéria que pode conter algum tipo de incongruência interna. A segunda é a social e pode ser definido como aquela quando o âmbito jurídico da representação política, embora esteja aparente e internamente incólume, passa a carecer de legitimidade tendo em vista um aspecto social.

Com relação à primeira, pode-se citar o seguinte exemplo. Sabe-se que a Constituição estabeleceu o partido político como associação com personalidade jurídica regulada pelo direito privado, além de que a representação no Congresso seja parlamentar e não partidária. O próprio texto constitucional não permite a candidatura a um cargo político de maneira desvinculada, isto é, impõe sobre o candidato o requisito da filiação partidária para ser detentor da capacidade eleitoral passiva. A princípio, isto parece constituir um contrassenso, pois atribui ao partido político o monopólio da representação. Aliado a isso, a

¹⁶ BARROSO, Luis Roberto. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. *Revista de Direito do Estado*. n. 3. 2008. p. 325.

¹⁷ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Bilb. de Ciências Sociais. Trad. Cristiano Monteiro Oiticia. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1970.

previsão Constitucional é de funcionamento de bancadas e blocos parlamentares na prática do Congresso Nacional, ao invés de partidos.¹⁸

Assim, uma vez que o partido é associação de direito privado e o monopólio que lhe é concedido, os partidos aparecem ao eleitores como entidades que os representariam. Nesse sentido, Lima Jr. explica que

Por outro lado, a fidelidade deixa de ser parte integrante do compromisso do representante (depois de eleito), já que ela passa a ser matéria de regulação exclusiva do partido. Essa permissão, aliada à liberdade do texto, no que se refere à criação de partidos e à possibilidade de atuação de bancadas e blocos parlamentares, introduz na instituição parlamentar enorme grau de autonomia do representante em face do eleitorado. Em resumo: o partido vale eleitoralmente; no legislativo, porém, vale o parlamentar.¹⁹

A crise social da representação partidária é, certamente, mais complexa do que a primeira apresentada. De fato, o exame dessa crise demanda uma análise mais detida de fatores extrajurídicos que permitem sugerir a maneira adequada em lidar com esse panorama. O fato é que, como lembra Manoel Gonçalves Ferreira Filho, “o povo elege esses representantes, mas não determina a política que estes vão executar. O eleitorado, pois, escolhe os seus senhores que vão governar o povo segundo bem lhe aprouver.”²⁰

Não é difícil inferir que essa desvinculação do parlamentar aos ideais compreendidos pelos eleitores como essenciais no processo de tomada de decisão para a representação gera um déficit de cidadania. É evidente que comensurar tal déficit demandaria um estudo mais complexo e extenso. Mas é plenamente possível afirmar que há uma relação não apenas conceitual, mas empírica entre esses aspectos.

É certo também que seria humanamente impossível que o parlamentar conseguisse de alguma maneira observar as expectativas de todos os seus eleitores. O aspecto que pode equacionar essa questão é justamente o conjunto de preceitos ideológicos que os partidos políticos possuem. Isto porque tais preceitos fornecem aos indivíduos um grau de previsibilidade acerca das tomadas de decisões.

Nesse sentido, essa certa previsibilidade dá-se pelo posicionamento político que os partidos políticos assumem em seus programas e atuações, pelo menos no plano teórico. É

¹⁸ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo. Loyola. 1993.

¹⁹ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo. Loyola. 1993.

²⁰ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Os Partidos Políticos na Constituição de 1988*. Doutrina Jurídica Brasileira, São Paulo, 2001.

interessante notar a percepção de Singer que afirma que, por exemplo, mesmo que o eleitorado não possua uma visualização clara acerca do que é esquerda e direitas, ele consegue posicionar os partidos nessa distinção, demandando a efetividade de sua representação a partir disso.²¹

Norberto Bobbio evidencia o caráter correlacional entre democracia, partidos políticos e representação social. Bobbio argumenta que “uma Constituição democrática dá a todos os cidadãos maiores de idade o direito de votar. Mas não diz em que partido eles devem votar. Se o fizesse, não seria uma boa e sim uma péssima Constituição.”²² Ora, é salutar que esse processo de escolha não seja baseado na contingência legal, mas, sim, em outros fatores alheio ao campo estrito do Direito.

Há, portanto, uma dimensão de identificação pessoal entre o indivíduo e o partido político. Para Carreirão, essa identidade partidária é formada em bases afetivas no processo de socialização. Logo, essa identidade, uma vez formada, seria mais resistente a mudança ou alterações, o que possibilita uma teoria psicossociológica do voto.²³

Ainda nessa perspectiva de formação identitária, é preciso considerar que esse é um processo altamente complexo de análise. Quer dizer, embora sejam observáveis as motivações dos indivíduos no sentido de escolher determinado partido político para representá-lo, são incomensuráveis tais fatores por atuarem amplamente no plano subjetivo desse tipo de relação. Ampliando a discussão, Fiorina pondera que

“[...] a identificação partidária anterior pode influenciar a percepção dos eleitores sobre as condições e eventos socioeconômicos. Mas [...] essas predisposições não superam completamente a realidade. E quando as percepções e julgamentos de um eleitor conflitam com suas predisposições [...] a acomodação resultante ocasiona mudanças previsíveis na identificação partidária”.²⁴

Como mencionado anteriormente, vale a pena lembrar que o processo de identificação partidária remete à própria formação de uma consciência política por parte do indivíduos, isto é, é essencial para que o indivíduo se autossitue no plano de ator da democracia e saia da condição de mero espectador. Dessa maneira, pode-se sustentar a ideia

²¹ SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

²² BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 189.

²³ CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso>.

Acessado em agosto de 2013.

²⁴ FIORINA, Morris., *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981. p. 199.

de que formada, a identificação partidária tenderá a se tornar estável. Logo, os eleitores que têm essa identificação em graus diversos, tenderão a enxergar a política e orientar suas ações a partir de orientações partidárias.²⁵

Existem vários elementos que podem ser colocados para a discussão sobre a relação entre partidos políticos e democracia. Um deles é de âmbito interno e diz respeito ao próprio processo de escolha daqueles que serão candidatos aos cargos aos quais o partido tem pretensão de disputa. A regra é que essa escolha não seja feita por intermédio dos filiados ao partido, o que mitiga os princípios democráticos já na origem do processo eletivo.

Outros vários aspectos constituem-se pontos de reflexão importante sobre o tema. Entretanto, não sendo eles o cerne deste artigo, eles podem ser observados apenas reflexamente. Dentre eles podem-se citar: a infidelidade partidária em sentido amplo (não meramente jurídico), a não observância das diretrizes partidárias, mudanças de partido, a fragmentação excessiva dos partidos, as distorções na proporcionalidade da representação partidária.²⁶

O prejuízo democrático no jogo dos poderes entre os partidos reflete na composição equilibrada e na percepção dos indivíduos sobre as instituições que sustentam a democracia. Não se pode perder de vista que a representação política é recurso fundamental de manutenção das estabilidade das instituições. Isso porque é ela que articula o exercício da cidadania política, o voto, com os partidos políticos, que, por sua vez, fazem a mediação entre a vontade popular e o poder institucionalizado no Legislativo e Executivo.”²⁷

Pode-se afirmar com certo grau de segurança que o ponto chave da questão da crise dos partidos políticos é decorrente da ação contínua e prolongada de descolamento das diretrizes, interesses e ações políticas das expectativas sociais e da defasagem criada pela precária relação de confiança que os indivíduos estabelecem entre os seus interesses e pensamentos e a realidade das ações partidárias.

Neste ponto Bobbio aponta que:

Em vez de subordinarem os interesses partidários e pessoais aos interesses gerais, grande e pequenos partidos disputam para ver quem consegue desfrutar com maior astúcia todas as oportunidades para ampliar a própria esfera de poder. Em vez de assumirem a responsabilidade de seus comportamentos mais clamorosos e

²⁵ FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991. p. 37.

²⁶ BARROSO, Luis Roberto. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. *Revista de Direito do Estado*. n. 3. 2008. p. 325.

²⁷ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo. Loyola. 1993. p. 26

críticas, empregam toda a habilidade dialética para demonstrar que a responsabilidade é do adversário, a tal ponto que o país vai se arruinando e ninguém é responsável.²⁸

A percepção de Bobbio descrita nesse trecho de sua obra é referente à situação italiana em 1979. Ainda que se argumente que as realidades brasileira e italiana possuam construções antropológicas distintas, é plenamente possível estabelecer um vínculo da percepção de Bobbio acerca daquela realidade com o realidade brasileira.

O sistema eleitoral brasileiro, compreendido como uma parte fundamental do processo político visto de maneira ampla, é uma clara evidência da pulverização das bases ideológicas dos partidos políticos. Ainda que se constate a manutenção dessas bases nos estatutos, pode-se afirmar que ela tem caráter meramente formal. Isto é, as demandas surgidas das incoerências entre as intenções políticas e as ações políticas advindas dos partidos políticos não se equacionam. Obviamente, num sistema eleitoral composto por 30 partidos²⁹, essa situação agrava-se ou ameniza-se a depender da referência de qual partido. Mas o fato é que, em se tratando dos partidos de maior peso no jogo político brasileiro, os elementos da crise parecem ter pouco grau de variação.

Nesse sentido, para ilustrar, Kinzo esclarece sobre a realidade brasileira a partir da seguinte análise:

pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral".³⁰

Essa deterioração de legitimidade política dos partidos políticos são encaradas por Bobbio como o curso de uma transformação. A transformação dos partidos políticos em facções. Para o autor, as facções são a degradação da República. Além disso, os partidos políticos transformam-se em facções na medida em que passam a lutar tão somente pelo seu poder e, conseqüentemente, para tirar um pouco de poder das demais facções. Dessa maneira, para alcançar seus escopos não titubeiam em dilacerar o Estado.³¹

²⁸ BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 193.

²⁹ Dados disponíveis em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acessado em 10 de agosto de 2013.

³⁰ KINZO, M. D. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993. p. 96.

³¹ BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 194.

É importante frisar que não se está, ingenuamente, rechaçando toda e qualquer possibilidade de jogo político, troca de interesses (não de favores), composição de alianças e formação de oposições. Esses aspectos, dentre vários outros, fazem parte da atividade política dentro de um Estado Democrático de Direito que tem como princípio basilar o pluralismo. Entretanto, o foco é discutir quando esta atividade política transforma-se em um jogo hermeticamente fechado, com cartas marcadas e inalcançável para ao exercício da cidadania. Essas são características típicas de uma estrutura política esquizofrênica que se retroalimenta na constância das falhas graves da boa-fé dos indivíduos que a compõe.

Bobbio sintetiza o processo da seguinte maneira

Através das liberdades civis e políticas, sobretudo da liberdade de associação – especificamente da associação para fins políticos – e através do reconhecimento da legitimidade da oposição, o estado Liberal primeiro e o Estado democrático depois, tornaram possível a transformação das antigas facções nos partidos modernos. Quando, por sua vez, os partidos degeneram em facções, é sinal de que os mecanismos constitucionais que deviam garantir a livre e fecunda disputa dos vários grupos políticos não funcionam mais, e a democracia, ou seja, o regime que permite a livre e fecunda disputa dos diversos grupos políticos, fica em perigo.³²

Essa crise da representação política afasta o sistema partidário-eleitoral do sistema partidário-parlamentar. Nesse mesmo sentido, especificamente sobre a realidade brasileira dos partidos políticos, Lima Jr. aponta que

Criou-se uma situação que, de forma bastante crua, assim se configura: para fora do Legislativo, é claro, vale o partido, que se organiza e se regula como quiser; porém, dentro do Legislativo, o que conta é o parlamentar. A crise configura-se, portanto, como dissociação entre o sistema partidário-parlamentar e o sistema partidário-eleitoral. Há outros aspectos legais que aprofundam o fosso entre o povo e as instituições, dificultando o exercício salutar do voto, bem como práticas políticas eticamente pouco, ou em nada, aceitáveis.³³

Portanto, é preciso ter em mente que a formação de um Estado depende da legitimidade conferida àqueles que o compõe. De igual maneira, aqueles que o compõe também depende de legitimidade das instituições e tomadas ideológicas que os sustentam e dão visibilidade. Fora isso, o sistema estará apto a degradingolar sob as suas próprias virtude excessivas. A formação de um governo significa a criação de condições necessárias para a produção de leis a serem obedecidas por todos os cidadãos.

³² BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 194

³³ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo. Loyola. 1993. p. 31.

Conclusão

Muito há ainda o que se explorar nesse assunto e no profundo embate de coerência entre partidos políticos e democracia. Este artigo teve como foco a análise da crise político-partidária no sistema brasileiro. Dito de outra maneira, a preocupação é o descolamento entre as ações, composições e ideais partidários e o déficit de legitimidade democrático advindo dos eleitores no estabelecimento de suas relações de confiança com tais instituições.

A crise partidária está instalada. De fato, o descolamento entre a teórica representação social dos partidos e a efetiva participação destes como agentes democráticos de posicionamentos ideológicos é cada dia mais evidente. O excesso de um poder de caráter privatista, personalizado, a “aparente verticalidade no processo de tomada de decisões partidárias e as denúncias de que os partidos são oligarquias que representam cada vez menos os cidadãos”³⁴ tem implicado em uma releitura do próprio sistema e jogo político. Isto porque a perda da relevância dos partidos enquanto tradutores de demandas sociais parece se aprofundar, desestabilizando a estrutura orgânica dessas instituições e colaborando para colocar em xeque a própria sistematização democrática.

Existe uma série de fatores que ainda poderiam ser levados em consideração no exame desse distanciamento. Contudo, por uma questão metodológica, buscou-se priorizar alguns elementos em detrimento de outros, sem afastar, é claro a incidência direta daqueles.

A teoria da democracia ainda precisa ser o foco de toda análise em função dos partidos políticos. Isto porque são dos partidos políticos organizados que depende a maior ou menor legitimação do sistema político como um todo.³⁵

Duverger, em os Partidos Políticos, lembra outros pontos que ainda precisam ser discutidos a fundo para um sistema democrático mais consiste:

A organização dos partido políticos, certamente, não se conforma à ortodoxia democrática. A respectiva estrutura interna é, essencialmente, autocrática e oligárquica; os chefes não são, de fato, designados pelos adeptos, apesar da aparência, mas cooptados ou nomeados pelo centro; tendem a formar uma classe dirigente, isolada dos militantes, casta mais ou menos fechada sobre si mesma.

(...)

A evolução geral dos partidos acentua-lhes a divergência em relação ao regime democrático.

(...) A democracia não está ameaça pelo regime os partidos, mas pelo rumo contemporâneo das suas estruturas internas; o perigo não se acha na própria

³⁴ ALCANTARA SAEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, vol.8, n.2, 2002, pp. 137-157.

³⁵ BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 149.

existência dos partidos, mas na índole militar, religiosa e totalitária que, às vezes, revestem.³⁶

Nas ideias de Bobbio

Quer dizer que, por uma autêntica deformação profissional, aqueles para os quais a política se tornou uma profissão, se continuarem a considerar como prioritários os problemas do poder – do próprio poder – e não os de um governo correto e sábio, terminarão por dar xeque-mate uns contra os outros e por criar um estado objetivo de impotência universal, da qual hoje eles mesmos são prisioneiros e amanhã poderão ser as vítimas.³⁷

Portanto, é preciso que a reflexão sobre o sistema seja aprofundada quanto a sua coerência, partindo-se dos ideais democráticos para que a lógica democrática não se esvaia de maneira silenciosa e devastadora. A pluralidade precisa ser garantida na medida em que não haja rompimento da realidade política com a realidade social. A legitimidade democrática e, conseqüentemente, o bom funcionamento das instituições do Estado dependem dos laços estreitos que este consegue criar com seus cidadãos, num processo de cidadania.

³⁶ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Bilb. de Ciências Sociais. Trad. Cristiano Monteiro Oiticia. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1970.

³⁷ BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 195.

Referências bibliográficas

ALCANTARA SAEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, vol.8, n.2, 2002, pp. 137-157.

BAQUERO, Marcello. A Tese da Mobilização Cognitiva e o Declínio dos Partidos. *Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 1996*. p. 13.

BARROSO, Luis Roberto. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. *Revista de Direito do Estado*. n. 3. 2008. p. 325.

BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. 4.ed. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999. p. 195.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 149.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 267.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Sistemas Eleitorais x Representação Política*. Brasília: Senado Federal, 1990.

CARREIRO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em agosto de 2013.

DUVERGER, Maurice. *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*. PUF: Paris, 1971.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Bilb. de Ciências Sociais. Trad. Cristiano Monteiro Oiticia. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1970.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Bilb. de Ciências Sociais. Trad. Cristiano Monteiro Oiticia. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1970.

DUVERGER, Maurice. *Partis Politiques e Démocratie*. Vie Intellectuelle: Paris, 1946, p. 63.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Os Partidos Políticos na Constituição de 1988*. Doutrina Jurídica Brasileira, São Paulo, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A reconstrução da democracia*. Ed. Saraiva. São Paulo, 1979. p. 47

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991. p. 37.

FIORINA, Morris, *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981. p. 199.

FRIEDERICH, Carl J. *Gobierno Constitucional y Democracia*. S. S Editorial Gráficas Espejo: Madri, 1976. p. 13.

KINZO, M. D. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993. p. 96.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola. 1993.

MICHELS, Vera Maria Nunes. *Direito Eleitoral*. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 151.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *Do Espírito das Leis*. São Paulo : Saraiva, 2000.

SARTIORI, Giovanni. *Parties and party systems*. Cambridge University Press: Cambridge, 1976.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, julho 1964. p. 107